

## Resenhas

[1] SAVIANI, Demeval et al. **O legado educacional do século XIX**. 2.ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2006, 235 pp.

[2] SAVIANI, Demeval et al. **O legado da educação do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004, 224 pp.

---

**Fernando Antônio**

**Tavares de Barcellos Vieira**

é Aluno do Curso de Mestrado do  
Programa de Pós-graduação em  
Educação da Universidade Federal de  
Mato Grosso do Sul  
E-mail: barcellos12@yahoo.com

[1] Este livro tem como propósito inicial formar uma apreensão histórico-crítica sobre as principais inovações da educação ao longo do século XIX. Seu escopo é promover uma análise deste tema, no decorrer deste recorte histórico, além de resgatar o legado educacional deste período. Para tanto, aproxima-se de temas capitais como: o ensino simultâneo, o método intuitivo e a educação feminina. Estes, atravessaram o tempo chegando ao século XX, como imprescindíveis para a compreensão da educação brasileira hodierna.

Esta coletânea de artigos é intrinsecamente ligada a um texto posterior **O Legado da Educação do Século XX no Brasil**. Na verdade, sua continuação. Assim, **O Legado Educacional do Século XIX** pretende contribuir para a compreensão da questão educacional contemporânea, no que tange a sua origem e ao seu peculiar modo de constituição. Como também, aprofundar os estudos sobre estes temas, ajustando conceitos e indicando um arcabouço de referências para situar com mais precisão esta apreciação crítica. Seu texto é composto por quatro temas, advindos da contribuição de quatro pesquisadores da história da educação brasileira, como se pode ler.

O primeiro capítulo da obra **O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro**, escrito por Dermeval Saviani<sup>1</sup>, é um estudo produzido para trabalhar as questões inerentes à periodização da história da educação no Brasil. Tomando como referência a categoria, “breve século XIX” (1827 - 1890), explorou os quatro momentos, da relação entre pedagogia e política educacional deste período. Caminhado desde a fase de vigência da Lei das Escolas de Primeiras Letras até as Reformas de Leôncio de Carvalho. Quando a “pedagogia” cristalizou-se como algo intrinsecamente vinculado ao ensino elementar. Assim como, se percebeu o processo paulatino “de organização da educação das crianças passando de ensino individual para o mútuo, deste para o simultâneo e finalmente para o ensino intuitivo (28. p).”

Este foi o marco a partir do qual o Estado viu-se legalmente obrigado a institucionalizar a escolas e a formar e manter professores. Nesse momento também, adotou-se a idéia de liberdade de ensino associado ao favorecimento da iniciativa privada, na figura de instituições particulares de ensino, com o fito de desonerar o Poder Público dessas despesas. Tudo isso envolto em eloqüentes discursos, mas em nada realmente efetivos, que apregoavam as virtudes da *sociedade do conhecimento*. Práticas que perduram até hoje, perpetuando-se como o insolúvel legado negativo do século XIX, fazendo com que o Brasil aportasse aos anos 2000, sem ter um sistema nacional de educação capaz de atender sequer as mínimas demandas internas.

*O segundo capítulo Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil*, elaborado por Rosa Fátima de Souza<sup>2</sup>, oferece uma excelente contextualização, na esfera nacional e internacionalmente, do nascimento e consolidação dos grupos escolares, como colunas dorsais do projeto republicano de educação popular. Souza mostra que seu surgimento foi uma resposta a demanda por vagas e instrução em seu contexto. Mas, como o passar do tempo, se estabeleceu como uma organização pedagógica capaz de agrupar todos os alunos em um mesmo lugar, seguindo critérios etários e de nível de instrução, para potencializar o êxito do trabalho dos professores, nessa relação de ensino. Deste modelo, nasce à oportunidade de se operacionalizar

---

<sup>1</sup> Professor emérito da UNICAMP, pesquisador do CNPq, coordenador geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas HISTERDBR e professor titular e colaborador da USP.

<sup>2</sup> Professora do programa de Pós-Graduação em Educação escolar da UNESP, coordenadora do CCPWS/ UNESP e pesquisadora do CNPq.

“princípios racionais, políticos e econômicos, introduzidos no âmbito pedagógico (2. p).”

O terceiro capítulo **O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado**, desenvolvido por Vera Teresa Valdamarin<sup>3</sup> traz um desenho acerca do método intuitivo, caracterizando-o quanto aos seus elementos essenciais e apontando seus fundamentos filosóficos e didáticos. Valdamarin passa a investigar, diante da renovação pedagógica do século XIX, as correlações que se colocam entre método de conhecimento e método de ensino. Observando, para tanto, as diretrizes e os princípios balizadores do método intuitivo, que propõe, para afiançar o processo de aprendizagem do aluno, procedimentos e modos didáticos baseados no empirismo, revelando assim, a primazia dos sentidos como fonte de conhecimento. Isso, sob a óptica desse século, passou a ser notado, como alternativa de inovação escolar, com reflexos positivos para a vida econômica e social.

No entanto, como resposta a exigências históricas concretas, a necessidade de preparar o indivíduo para o trabalho e de capacitá-lo para exercer atividades produtivas, afasta as referências sobre as matrizes teórico-filosóficas que dão origem a prática pedagógica. Ficando bem claro que a prática educacional passou a ser pensada “como uma atividade intencional e dirigida, balizada pelas condições existentes e pelo projeto futuro a ser realizado (129).”

Chegando ao fim desta coletânea, o capítulo **Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX**, elaborado por Jane Soares de Almeida,<sup>4</sup> propõe a compreensão da gênese e conformação do professorado em Portugal e no Brasil, detectando, no curso de sua análise, a partir de suas origens, o processo de feminização do magistério, em suas múltiplas abordagens como: as diferenças salariais e as implicações deste fenômeno no tocante a emancipação social e financeira da mulher. O que foi uma decorrência de um processo de conquista de liberdade individual e social para mulheres das classes média e alta.

---

<sup>3</sup> Professora adjunta do Departamento de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da NESP/Araraquara SP e autora

<sup>4</sup> Docente do programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras UNESP, Araraquara-SP. E do Mestrado em Educação da UMESP, São Paulo. Autora de livros e pesquisadora do CNPq.

Também comenta Almeida, a despeito da pretensa desvalorização do magistério feminino, que não há para a imprensa educacional, nacional e Portuguesa, um arquétipo uno sobre a imagem delineada para e pelas mulheres no magistério. O que faz coro com as exigências do fim do século XIX, quando se cobrou novos valores e foram levantados novos costumes e novas formas de ver o mundo. Donde brotou para o século seguinte um consistente ideário de igualdade, fomentador de conquistas sociais, inclusive de equiparação de gênero, para as mulheres. Não obstante as contradições, desigualdades e injustiças sociais, inerentes àquele cenário mundial em transformação.

Toda a nova base educacional apresentada no decorrer do século XIX, deriva da ideologia política e social do século anterior, marcado pela produção de grandes projetos para a reestruturação da sociedade, que se materializaram no século XIX. Dentre as quais uma escola leiga, obrigatória e gratuita. Capaz de oferecer, por meio da razão, a autonomia para conhecer, avaliar e discernir sobre a elaboração de uma cosmovisão. Todavia, com a chave hermenêutica adequada, é possível compreender que a educação enquanto direito-dever, não representou a conquista de um espaço democrático, mas garantiu a sustentação do ideário liberal e de suas exigências econômicas e sócias.

[2] O ponto de partida é o perturbador paradoxo entre as indiossincrasias do século XX. Posto que este período histórico deveria ser o Século das Luzes, mas foi obscurecido pelas opressões que despojaram o ser humano de si mesmo. Assim, um novo modo de vida, marcado pela possibilidade de implementar o progresso científico e econômico deste tempo foi oferecido a poucos privilegiados, enquanto a maior parte da humanidade foi impedida de ter acesso a essas conquistas.

No Brasil isso não foi diferente, como se viu no decorrer da história da educação. Este direito humano inalienável, visto como a panacéia nacional, capaz de sanar os males da nova república e nela promover ordem e progresso, nada mais foi que a utopia da universalização e democratização do conhecimento, não passando de um sonho impraticável, acessível para poucos, distante e infactível para a maioria.

Faz-se pertinente mencionar ainda que este trabalho é intrinsecamente ligado a um texto anterior **O Legado Educacional do Século XIX (1998)**, sendo na verdade sua continuidade. Deste modo, **O Legado da Educação do Século**

**XX no Brasil** se ocupa em desenvolver, por meio de instrumentos hermenêuticos, como a ciência da história, uma análise e explanação deste momento do passado. Isto se deu por quatro abordagens, as quais serão doravante examinadas e comentadas.

No primeiro capítulo **O Legado Educacional do “longo Século XX”** se vê no texto de Demeval Saviani<sup>5</sup>, o comprometimento com uma análise objetiva e bastante pertinente da história da escola pública no Brasil, no recorte histórico do “longo Século XX.” Segundo ele, no decorrer de todo este período de tempo o Estado brasileiro passou de um modelo de atendimento educacional nos moldes provincianos e ruralistas para a oferta em grande escala deste serviço público, como resultado do incremento desta demanda, fruto do desenvolvimento urbano e econômico.

Se comparado às taxas de crescimento populacional, que nesse mesmo período quadruplicaram seus números, esse incremento da oferta desse serviço público foi da ordem de vinte vezes. O que não se mostrou suficiente para afastar os enormes déficits históricos da educação pátria, tão pouco essa ampliação conseguiu resolver problemas crônicos, como o analfabetismo, que quadruplicou em relação ao número absoluto de habitantes.

Entende Saviani ser a procrastinação do Estado brasileiro em adotar um sistema nacional de ensino, capaz de erradicar o analfabetismo e universalizar a instrução popular, o responsável por grande parte deste problema (p. 51). Este estado de coisas colocou o Brasil na direção oposta aos países que investiram neste sistema e que hoje se encontram na vanguarda econômica, política, social e cultural. Quer seja por meio do modelo europeu, centralizado no Estado, ou pela configuração americana, descentralizada através dos entes municipais e distritais da União.

Tardiamente, o Brasil optou por algo à semelhança do modelo americano. O Ministério da Educação descentralizou-se, delegando para os municípios a responsabilidade de manutenção das escolas, cabendo-lhe a oferta do ensino fundamental. Em última análise, esse modelo só cooperou para aprofundar as desigualdades já inerentes ao sistema de educação brasileiro. Muito embora, o próprio dualismo do legado do século XX se mostrava como meio possível de

---

<sup>5</sup> Saviani, op cit., p 1.

apontar caminhos para o desenvolvimento e implementação de um sistema de educação capaz de, ao menos, erradicar o analfabetismo.

O texto de Jane Soares de Almeida<sup>6</sup> inaugura o segundo capítulo, intitulado **Mulheres na educação: Missão, vocação e destino?** Essa pesquisadora aproximasse aqui de um fenômeno social em específico, a maciça feminização do magistério, fato esse observado ao longo de todo este século, chegando até os dias presentes. Essa foi a peculiaridade mais visível do processo de profissionalização da docência, principalmente no ensino primário.

Entende Almeida, ser o magistério uma atividade profissional permeada de uma grande carga simbólica e significativamente ideologizada. Não obstante a isso, o anseio da mulher de se libertar, por meio da instrução e educação, de seu destino, do julgo machista, dos grilhões domésticos e da subordinação, predeterminado pela sociedade, na verdade foi, tão somente, solapado pela troca por outro mecanismo de opressão.

Isto se deu porque a hegemonia do homem, enquanto gênero, se preservou por dois motivos. O primeiro, foi a continuidade da detenção masculina do poder econômico e político, o que lhes permitiu a apropriação do controle educacional, passando assim a determinar como seria a instrução feminina e, sua segregada atuação como educadoras de disciplinas “menores”. O outro motivo foi a “ideologização do magistério,” sacralizado como missão feminina, primordialmente para o ensino primário. Incutia-se, portanto, a idéia de serem inerentes à mulher os atributos da maternagem e do cuidado.

A leitura dessa realidade mostra que o magistério primário era, inequivocamente, a principal oportunidade de adquirir o saber público e ingressar no mercado de trabalho e garantir seu sustento, na forma de um espaço público domesticado. Porém, aquelas que ousassem questionar este estado de coisas receberiam como paga o degredo ou a condenação social.

O século XXI busca abandonar estes modelos geradores de desigualdades e desconstruir, através da nova geração feminina, esses arquétipos, ligados a atuação da mulher e do homem nesse nível da educação, mostrando o valor da atuação conjunta de ambos os gêneros nesse âmbito escolar,

---

<sup>6</sup> Almeida, op cit., p 3.

assim como na construção de uma utopia possível: “a educação como direito de todos”.

Por seu termo, o terceiro capítulo desta a coletânea **Lições da escola primária**, desenvolvido por Rosa Fátima de Souza<sup>7</sup> investiga criticamente a história da herança da Escola Graduada no século XX. Buscando compreender o significado dos Grupos Escolares, modelos do que havia de melhor no ensino primário brasileiro. Sousa se debruça sobre a questão da adequação destas instituições no contexto da extensão da escolaridade obrigatória, vivida na década de 1970, marcada pela inovação do ensino de 1º grau, hoje, *Ensino Fundamental*.

O ponto de partida desta análise é a construção histórica do currículo do ensino primário paulista, mais especificamente o seu *modus operandi*, ou seja, suas práticas, seu modelo organizacional, sua cultura escolar e, sobretudo, sua relação com a sociedade. Relação essa marcada pela “profissionalização do magistério primário, especialmente na construção da identidade docente (p. 117).”

Para além desta questão, estão as transformações no campo das práticas discursivas, que caminham do arcaico programa enciclopedista, lastreado pelos princípios da educação integral, sedimentados por meio de práticas ritualísticas e simbólicas, muito presente até meados do século XX. Até a construção dos mais contemporâneos programas escolares, abalizados nos princípios da Escola Nova e nas ciências auxiliares à educação.

O saldo dessas transformações foi a solidificação de uma nova escola primária brasileira, capaz de, no melhor estilo da Escola Nova, pôr em questionamento as bases de sustentação da racionalidade pedagógica, tão relevante, em outro momento histórico para a consolidação daquela organização escolar neo-republicana. Assim, a abordagem de Souza perpassa a pontualidade inerente ao que foi no passado e ao que é no presente.

Souza levanta um questionamento retrospectivo e crítico sobre as lições apontadas nesta trajetória. Segundo ela só se faz possível elaborar um novo modelo por meio da compreensão perspicaz das práticas cultu-

---

<sup>7</sup> Souza, op cit., p 2.

rais sobre as quais o modelo de organização do ensino primário foi erguido neste século.

Por fim, o último capítulo **Os sentidos e a experiência**, escrito por Vera Tereza Valdemarin<sup>8</sup> é dedicado à questão do método. Para tanto, seu texto toma a linha do tempo para, a partir dela, destacar a evolução dos processos de ensino, partindo do método intuitivo até aqueles intrínsecos ao desfecho do século XX.

A autora, por meio da perspectiva histórica, se debruça sobre as questões inerentes à prática do ensino e como estas podem ser “consideradas elementos definidores da profissão do docente e estão entrelaçadas ao [...] método de ensino (p. 165), sua natureza e seus propósitos”. Não obstante ao entendimento hodierno de que só se pode elucidar os valores formativos e estabelecer o conteúdo a ser ensinado, a partir do processo de aprendizagem do aluno.

Diante do crescimento das contradições políticas e sociais do século XX, onde a história tratou de mostrar a incapacidade da implementação do projeto de uma escola pública, obrigatória, democrática, gratuita e laica. E da incapacidade de se ajustar às disparidades sócias e econômicas. Os defensores da escola pública apregoavam a necessidade de se restaurar o pacto social, filho das revoluções iluministas do século XVIII, lastreado pelo potencial emancipador proveniente da educação, mas demolido pelo liberalismo e pelas opressões.

Foi olhando para esse recorte histórico e seus desdobramentos no tecido social brasileiro, mais especificamente no contexto do campo educacional, que os autores dessa coletânea desenvolveram seus estudos historiográficos e interpretativos, no sentido de oferecer, por meio de suas análises, alternativas de revitalização para este último ícone de esperança na construção da justiça social.

Recebido em Abril de 2009

Aprovado em Junho de 2009

---

<sup>8</sup> Valdemarin, op cit., p 2.